



**Ministério da Economia**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 10166.014263/2009-11  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 2003-006.342 – 2ª Seção de Julgamento / 3ª Turma Extraordinária  
**Sessão de** 31 de janeiro de 2024  
**Recorrente** RENATA CONSUELO MONTEIRO FERRAZ  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Ano-calendário: 2006

OMISSÃO DE RENDIMENTOS. INOCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A ORGANISMOS INTERNACIONAIS. UNESCO/NAÇÕES UNIDAS. RENDIMENTOS AUFERIDOS POR TÉCNICOS CONTRATADOS COMO CONSULTORES NO ÂMBITO DO PNUD/ONU. ISENÇÃO. DECISÃO DEFINITIVA DO STJ EM RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RICARF. EFEITO REPETITIVO VINCULANTE.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), no REsp 1.306.393/DF, recebido como representativo da controvérsia, nos termos do art. 543-C do CPC, sedimentou o entendimento de que são isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho recebidos por técnicos a serviço das Nações Unidas, contratados no Brasil para atuar como consultores no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

As decisões proferidas pelo STJ, em sede de recurso repetitivo, deverão ser reproduzidas pelos Conselheiros no julgamento no âmbito do CARF, sendo-lhes vinculante, a teor do § 2º do art. 62 do Anexo II do RICARF.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Ricardo Chiavegatto de Lima - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Cleber Ferreira Nunes Leite - Relator(a)

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Cleber Ferreira Nunes Leite, Wilderson Botto, Thiago Alvares Feital (suplente convocado(a)), Ricardo Chiavegatto de Lima (Presidente).

## Relatório

Por bem retratar os fatos ocorridos desde a constituição do crédito tributário por meio do lançamento até sua impugnação, adoto e reproduzo o relatório da decisão ora recorrida:

Trata-se de Impugnação à Notificação de Lançamento que constituiu crédito tributário correspondente ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) relativo ao ano-calendário 2006, no valor original de R\$ 12.710,74, acrescido de multa de ofício e juros moratórios.

Conforme descrição dos fatos e enquadramento legal, o lançamento foi efetuado em razão de omissão de rendimentos recebidos do exterior, R\$ 55.622,78, Unesco – Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura, com base em informação prestada pelo Ministério da Saúde por meio de Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais (Derc).

O contribuinte alega, em síntese, que o rendimento apontado na notificação foi recebido em razão de vínculo de trabalho com a Unesco, por meio do qual exerceu função específica, qualificando-se como servidora deste organismo internacional.

Assim, afirma que tais rendimentos sujeitam-se às normas e acordos internacionais, beneficiando-se de isenção do imposto sobre a renda, nos termos da previsão do Decreto nº 3.000, de 26/3/1999, art. 22, inciso II.

Aponta como fundamento do seu pleito diversas normas, a saber:

Constituição Federal, arts. 5º, § 2º, e 146, incisos I e II, 150, inciso I e § 6º; Código Tributário Nacional, arts. 96, 98, 100, incisos I e II, e 176; Lei nº 9.784, de 29/1/1999, art. 2º; Decreto nº 59.308, de 23/9/1966 (Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas); Decreto nº 52.288/63 (Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas); Decreto nº 3.000, de 26/3/1999, art. 22, inciso II. Entende, ainda, amparado

pelos princípios constitucionais da legalidade, da segurança jurídica e boa-fé. Afirma que anexou comprovante de rendimento, mas nenhum documento desta natureza encontra-se acostado nos autos.

Requer a procedência da impugnação e a declaração da insubsistência da Notificação de Lançamento.

Cientificada da decisão de primeira instância em 04/07/2014, o sujeito passivo interpôs, em 30/07/2014, Recurso Voluntário, alegando a improcedência da decisão recorrida, sustentando, em apertada síntese, que:

a) as valores recebidos das Agencias das Nações Unidas não estão sujeitos ao imposto de renda

b) descabe a aplicação da multa isolada, uma vez que foi apurado imposto a pagar acrescido da multa de ofício.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro(a) Cleber Ferreira Nunes Leite - Relator(a)

O Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual dele conheço

O litígio recai sobre Omissão de Rendimentos do Trabalho Recebidos de Fontes no Exterior: omissão de rendimentos do trabalho recebidos de Organismo Internacional (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - Unesco) apurado em Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais – DERC. Valor: R\$ 12.710,74.

Consta que a recorrente foi remunerada por prestação de serviços para a Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A matéria já foi motivo de sumula neste Conselho, Súmula CARF n.º 39, todavia, a mesma foi revogada, tendo em vista que , o Superior Tribunal de Justiça em recurso representativo da controvérsia, fixou tese de isenção para a questão, no sentido de que são isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho recebidos por técnicos a serviço das Nações Unidas, contratados no Brasil para atuar como consultores no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

No caso concreto a recorrente prestou serviços para a UNESCO, como consultor, sendo as verbas de contraprestação por serviços prestados como consultor para organismos internacionais não tributadas.

Portanto, por força da decisão definitiva no recurso representativo de controvérsia, não há mais discussões sobre a matéria, sendo a isenção reconhecida, de modo que inexistente omissão de rendimentos.

Conclusão

Por todo o exposto, voto por DAR PROVIMENTO do Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Cleber Ferreira Nunes Leite